



Documento de Formalização de Demanda - DFD

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Coordenação de Serviços e Suporte**Responsável pela Demanda:** Gisele Gomes de Vitto**E-mail:** gisele.vitto@causp.gov.br**Telefone:** (11) 3014-5900**Objeto da futura contratação:** Contratação da capacitação "**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**", promovida pela Supreme Treinamentos, para 3 (três) colaboradores da Coordenação de Serviços e Suporte, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, a ser realizada no período de 04 a 07 de maio de 2026, em formato Online e ao vivo.**Objeto trata-se:**

- Serviço não continuado
- Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- Material de consumo
- Material permanente/ equipamento

Forma de contratação sugerida:

- Pregão [para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (artigo 6º, inciso XLI da NLLCA)].
- Pregão para sistema de registro de preços [idem acima, para "ata"].
- Participe em pregão de sistema de registro de preços de outro órgão.
- Adesão à Intenção de Registro de Preço - IRP de outro Órgão [preparação de "ata"].
- Dispensa Eletrônica [em uma hipótese prevista no Art. 75 da NLLCA / IN SEGES/ME Nº 67/2021].
- Inexigibilidade [inviável a competição, prevista no Art. 74 da NLLCA].
- Concorrência [contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser por menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico ou maior desconto (art. 6º, inciso XXXVIII da NLLCA)].
- Concurso [escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor (artigo 6º, inciso XXXIX da NLLCA)].
- Leilão [para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance (artigo 6º, inciso XL da NLLCA)].
- Diálogo competitivo [para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos (artigo 6º, inciso XLII da NLLCA)].

1. Justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

A presente solicitação tem por objetivo atender à necessidade identificada na área de Coordenação de Serviços e Suporte, relacionada ao aprimoramento das competências necessárias para a gestão patrimonial, especialmente no que tange aos processos de baixa, alienação, destinação e desfazimento de bens móveis do patrimônio institucional, tema que exige conformidade com normas recentes e atenção às exigências legais. A gestão correta desses bens é essencial para assegurar transparência, responsabilidade administrativa e eficiência no uso de recursos públicos.

A capacitação intitulada “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**” mostra-se extremamente relevante, pois aborda de forma detalhada os procedimentos normativos atualizados (incluindo a legislação correlata como a Lei Federal 14.479/2022), critérios de inservibilidade, alienação, descarte, doação, baixa patrimonial, logística reversa, responsabilidade dos agentes, documentação exigida, bem como os reflexos orçamentários e contábeis vinculados à vida útil dos bens. Essa formação auxiliará a equipe da área a conduzir o processo de desfazimento de bens, observando as normas vigentes.

A contratação da Supreme Treinamentos é recomendada em razão de sua consolidada experiência no setor de capacitação de gestores públicos e patrimoniais, bem como pela especificidade e relevância do conteúdo programático para os desafios atuais da administração pública no que concerne ao ciclo de vida dos bens móveis. O curso inclui estudo da legislação atualizada, normas federais e procedimentos técnicos aplicáveis, ministrado por instrutor com histórico de atuação na área, o que assegura aderência às necessidades institucionais.

Como resultado, espera-se a melhoria na gestão do patrimônio público, com padronização e formalização dos procedimentos de baixa e desfazimento de bens móveis, redução de riscos de irregularidades contábeis ou patrimoniais, maior clareza e segurança nas decisões sobre alienação ou descarte de bens, e a efetiva conformidade com a legislação vigente. Tais benefícios contribuirão diretamente para a eficiência administrativa, transparência institucional e para a proteção dos interesses públicos do CAU/SP.

2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada.

03 (três) inscrições correspondentes aos colaboradores da Coordenação de Serviços e Suporte:

- Gisele Gomes de Vitto, Coordenadora - Serviços e Suporte
- Marcelo Lenk, Supervisor - Suprimentos e Logística
- Litsuko Yoshida, Analista Técnica I - Administrativa

3. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual.

A prestação de serviços deverá ser iniciada em maio de 2026.

4. Créditos Orçamentários

4.1. Valor estimado da contratação: Valor total: R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) .

Valor unitário: R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

4.2. Código Centro de Custo: 02.01.004.002

4.3 Título do Plano de Ação: Capacitação dos Funcionários e Dirigente do CAU/SP

5. Plano de Contratações Anual (PCA)

5.1. DFD correspondente no PCA 2025 (para novas contratações): DFD 175/2025 Capacitações: 0803204

5.2. Justificativa para inclusão no PCA (conforme art. 16 do Decreto 10.947/2022): (informar o motivo da demanda não ter sido prevista no PCA 2025)

6. Indicação do(s) integrantes(s) da equipe de planejamento e responsável(is) pela fiscalização.

Equipe de Planejamento:

- 1 – Gisele Gomes de Vitto, Coordenadora – Serviços e Suporte
- 2 – Raquel de Jesus Macedo, Supervisora – Desenvolvimento Humano e Organizacional

Fiscais:

- 1 - Raquel de Jesus Macedo, Supervisão de Desenvolvimento Humano e Organizacional
- 2 - Gisele Gomes de Vitto, Coordenação de Serviços e Suporte

Ciente e de acordo,

Rosa Viviane Moura de Macedo
Coordenadora – Gestão de Pessoas

Karina Vieira Lima Lopes
Gerente – Administrativa

Cristiane Siggea Benedetto
Gerente Geral

Autorizo a sequência do processo administrativo e continuação dos trâmites para atendimento da demanda,

Camila Moreno de Camargo
Presidente do CAU/SP



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL DE JESUS MACEDO, Supervisor(a) de Desenvolvimento Humano e Organizacional**, em 22/04/2026, às 14:44 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GISELE GOMES DE VITTO, Coordenador(a) de Serviços e Suporte**, em 22/04/2026, às 16:46 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIEIRA LIMA LOPES, Gerente Administrativa**, em 23/04/2026, às 11:51 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA VIVIANE MOURA DE MACEDO, Coordenador(a) de Gestão de Pessoas**, em 24/04/2026, às 10:30 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE SIGGEE BENEDETTO, Gerente Geral**, em 27/04/2026, às 12:28 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO, Presidente CAU/SP**, em 27/04/2026, às 15:03 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **9A3A8ED7** e informando o identificador **0965297**.



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE

Processo Administrativo: 00179.002056/2026-12

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Órgão Interessado: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo
Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro Histórico – São Paulo/SP
www.causp.gov.br

1.2. Contratação de capacitação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Capacitação – “Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA”					
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	“Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA”	Inscrição	3 participantes	R\$ 2.250,00	R\$ 6.750,00
Total					R\$ 6.750,00

1.3. O objeto da contratação tem a natureza de serviços especiais, tendo em vista tratar-se de curso com conteúdo específico, metodologia própria e/ou ministrado por profissional ou instituição de notória especialização, o que inviabiliza a competição, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. ÁREA(S) INTERESSADA(S)

- 2.1. Coordenação de Serviços e Suporte
- 2.2. Supervisão de Suprimentos e Logística

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

- 3.1. Gisele Gomes de Vitto - Coordenadora - Serviços e Suporte
- 3.2. Raquel de Jesus Macedo - Supervisora - Desenvolvimento Humano e Organizacional

4. EQUIPE DE PLANEJAMENTO, AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, FISCAIS E GESTOR DE CONTRATO

4.1. Equipe de Planejamento:

4.1.1. Gisele Gomes de Vitto - Coordenadora - Serviços e Suporte

4.1.2. Raquel de Jesus Macedo - Supervisora - Desenvolvimento Humano e Organizacional

4.2. Fiscais de Contrato:

4.2.1. Raquel de Jesus Macedo - Supervisora - Desenvolvimento Humano e Organizacional

4.2.2. Gisele Gomes de Vitto - Coordenadora - Serviços e Suporte

4.3. Gestor de Contrato:

4.3.1. Coordenação de Licitações e Contratos

5. OBJETO

5.1. Inscrição de 3 (três) colaboradores da Coordenação de Serviços e Suporte do CAU/SP, para participação na capacitação “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**”, promovida pela Supreme Treinamentos, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas a ser realizado no período de 04 a 07 de maio de 2026, no formato Online e ao vivo. (0965371)

6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6.2. A presente solicitação tem por objetivo atender à necessidade identificada na área de Coordenação de Serviços e Suporte, relacionada ao aprimoramento das competências necessárias para melhor planejamento e acompanhamento do desfazimento de bens móveis.

7. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

7.1. A presente solicitação tem por objetivo atender à necessidade identificada na área de Coordenação de Serviços e Suporte, relacionada ao aprimoramento das competências necessárias para a gestão patrimonial, especialmente no que tange aos processos de baixa, alienação, destinação e desfazimento de bens móveis do patrimônio institucional, tema que exige conformidade com normas recentes e atenção às exigências legais. A gestão correta desses bens é essencial para assegurar transparência, responsabilidade administrativa e eficiência no uso de recursos públicos.

7.2. A capacitação intitulada “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**” mostra-se extremamente relevante, pois aborda de forma detalhada os procedimentos normativos atualizados (incluindo a legislação correlata como a Lei Federal 14.479/2022 e a atualização pelo MCASP e Decreto 12.785, de 19 de dezembro de 2025.), critérios de inservibilidade, alienação, descarte, doação, baixa patrimonial, logística reversa, responsabilidade dos agentes, documentação exigida, bem como os reflexos orçamentários e contábeis vinculados à vida útil dos bens. Essa formação auxiliará à equipe da área para conduzir o processo de desfazimento de bens, observando as normas vigentes.

7.3. A contratação da Supreme Treinamentos é recomendada em razão de sua consolidada experiência no setor de capacitação de gestores públicos e patrimoniais, bem como pela especificidade e relevância do conteúdo programático para os desafios atuais da administração pública no que concerne ao ciclo de vida dos bens móveis. O curso inclui estudo da legislação atualizada, normas federais e procedimentos técnicos aplicáveis, ministrados por instrutor com histórico de atuação na área, o que assegura aderência às necessidades institucionais.

7.4. Como resultado, espera-se a melhoria na gestão do patrimônio público, com padronização e formalização dos procedimentos de baixa e desfazimento de bens móveis, redução de riscos de irregularidades contábeis ou patrimoniais, maior clareza e segurança nas decisões sobre alienação ou descarte de bens, e a efetiva conformidade com a legislação vigente. Tais benefícios contribuirão diretamente para a eficiência administrativa, transparência institucional e para a proteção dos interesses públicos do CAU/SP.

8. FUNDAMENTO JURÍDICO

8.1. Sugerimos a contratação da Supreme Capacitação e Treinamento LTDA, por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, f e §3º da Lei de Licitações 14.133/2021, uma vez que não é possível estabelecer critérios objetivos de escolha, o que torna impossível a realização de licitação.

§ 3o A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

Segundo referido dispositivo legal:

*Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:*

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

*f) **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;***

O parágrafo 3º, do mesmo artigo, por sua vez, estabelece:

*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o **profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

8.2. No âmbito da contratação para a participação no curso, organizado pela Supreme, considerando as especificidades que justificam a inexigibilidade de licitação para a aquisição deste serviço técnico especializado, temos na presente contratação:

a) Serviço técnico especializado: o curso “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA - Inteligência Artificial - Atualizado pelo MCASP e Dec. 12.785, de 19 de dezembro de 2025**” será ministrado por profissional da Administração Pública, com formação e sólida experiência e m Orçamento, Finanças, Almoxarifado, Patrimônio e Controle Interno. A capacitação é fundamental para instrumentalizar os colaboradores do CAU/SP no aprimoramento das competências necessárias para o melhor planejamento e execução do desfazimento de bens móveis. Atualizado pelo MCASP e pela legislação em vigor, o treinamento terá abordagem prática, explorando vários Estudos de Casos polêmicos e enfatizando o MCASP e a participação ativa dos alunos.

b) Notória especialização: o treinamento fornecerá conhecimento técnico para uma compreensão abrangente do correto tratamento físico e contábil dos bens, além de uma rotina para o controle do patrimônio, seu desfazimento, sua escrituração, sua depreciação e reavaliação e o cálculo de estoques. O instrutor do curso possui currículo profissional que o certifica com a notória especialização e que caracteriza a inviabilidade de comparações, conforme breve currículo anexado aos autos (0965374).

Paulo Silvio

Graduado como Oficial do Exército-197, Mestrado-Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais-1981, Doutorado-Escola de Comando e Estado-Maior-Estratégia Nacional-1986. Na área pedagógica tem os cursos de Operacionalização de Objetivos Educacionais-CEP, de Análise Ocupacional-CEP e de Organização e Métodos-FGV. No Exército foi chefe de Seções de Orçamento, de Finanças e de Patrimônio de Departamentos e Diretorias; Foi instrutor(professor) da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Foi Chefe da 1ª Inspeção de Contabilidade e Finanças(Órgão Regional de Controle Interno com 98 UG). Na vida civil foi Diretor Adm-Fin do DETRAN/RJ; Assessor da Presidência do IPERJ; Pró-Reitor Administrativo da Universidade SUAM; Coordenador de projetos no Núcleo Superior de Estudos Governamentais/UERJ; Consultor da OM&RM Auditoria e Consultoria. Possui Moção de Louvor pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Atualmente ministra cursos em diversas empresas (ESAD, TREIDE, CVI, ONE CURSOS,FTX), nas áreas de Orçamento, Finanças, Almoxarifado, Patrimônio e Controle Interno, já tendo participado da capacitação de mais

de 11000 alunos. É professor de MBA em Gestão Pública e Pós-graduação em Direito e Adm Pública nas Universidades Cândido Mendes e Castelo Branco, no Rio de Janeiro.

c) O evento é organizado pela empresa Supreme Treinamentos, responsável pela organização da capacitação específica a ser realizada em formato Online e ao vivo. Tal condição de inviabilidade de competição decorre da natureza singular do treinamento e do saber notório do profissional que executará o serviço intelectual, fundamentando a contratação direta por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Conforme site institucional (<https://www.supremetreinamentos.com.br/quem-somos>), a Supreme Capacitação e Treinamento é uma empresa sediada em Brasília/DF, especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de profissionais de organizações públicas e privadas. Atua em todo território nacional, ofertando e promovendo cursos abertos, compartilhados e fechados (in company).

8.4. Em razão dos desafios legais (Decreto nº 5.707/2006), financeiros e operacionais que envolvem a gestão é essencial que os agentes políticos, servidores públicos e prestadores de serviços, participem de cursos de capacitação que visem prepará-los e atualizá-los para o pleno exercício de suas funções. Com efeito, o aperfeiçoamento da execução das competências das instituições e das atribuições dos servidores públicos promoverá a melhoria nos serviços oferecidos aos cidadãos.

8.5. Em relação à qualificação técnica da contratada, os atestados de capacidade técnica de que tenha ministrado curso de natureza semelhante a outros entes públicos, é suficiente. O fornecedor demonstra através de Atestados de Capacidade Técnica (0965376) a adequada entrega de capacitações contratadas por outras instituições públicas, como:

- Instituto Benjamin Constant- IBC
- Tribunal de Justiça de Roraima - TJ/RR
- Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul - MP/MS

8.6. Pelas razões expostas e pela celeridade do processo de contratação de treinamento, entendemos que a Administração pode contratar cursos abertos ou fechados por inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, inciso III, alínea f e §3º da Lei de Licitações 14.133/2021.

8.7. Ademais, fica dispensada a celebração de instrumento contratual, uma vez que este poderá ser substituído por outros instrumentos, por interpretação extensiva do art. 95, I e II da Lei 14.133/2021.

8.8. No entanto, a decisão sobre forma e procedimento licitatório é prerrogativa do setor de Licitações e Contratos, de acordo com os princípios da publicidade, isonomia e economicidade, além da legislação que instrui os ritos do processo licitatório. Devendo este setor analisar se a modalidade de contratação aqui sugerida atende às legislações vigentes ou cabe procedimento diferente.

9. PARECER JURÍDICO

9.1. Para a presente contratação direta por inexigibilidade, que tem por objeto a participação de 03 (três) colaboradores do CAU/SP no curso “Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA”, organizado pela empresa Supreme Treinamentos, aplicam-se os termos e fundamentos a seguir:

Natureza e Duração da Contratação: O objeto constitui prestação de serviço educacional de natureza técnica e intelectual, com execução pontual entre os dias 04 a 07 de maio de 2026. A contratação será formalizada por instrumento equivalente ao contrato, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, diante da especificidade do objeto e da ausência de obrigações futuras contínuas. O pagamento será realizado somente após a efetiva comprovação da prestação do serviço e entrega dos certificados, conforme preconizado no próprio parecer referencial.

Limite de Valor: O valor total da contratação não ultrapassa os limites estabelecidos pelos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. Esta característica financeira insere a contratação nas categorias de pequeno valor, para as quais a legislação prevê regimes simplificados, com vistas à promoção da eficiência e da celeridade nos processos administrativos.

Viabilidade jurídica da adoção do parecer referencial: A Manifestação Jurídica referencial nº 004/2023 (0965424) reconhece que, diante da singularidade do serviço, da sua execução em prazo certo e determinado, da

inexistência de cláusulas contratuais complexas, da previsibilidade do objeto e da inviabilidade de competição, é juridicamente possível e recomendável dispensar manifestação jurídica individualizada, desde que os autos contemplem todos os elementos legais exigidos – o que ocorre no presente caso. Porém pode haver necessidade de nova análise jurídica para esta capacitação, a depender dos procedimentos licitatórios e atualizações.

Alinhamento à Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência da AGU e do TCU: A contratação está em estrita conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Nova Lei de Licitações. O enquadramento fundamenta-se no art. 74, inciso III, alínea “f”, sendo a escolha da contratada legítima em razão da inviabilidade de competição para o treinamento específico ministrado pelo instrutor Paulo Sílvio.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Sustentabilidade e Impacto Ambiental:

10.1.1. Em observância ao art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como objetivo das contratações públicas o desenvolvimento nacional sustentável, e com base nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a presente contratação deverá, sempre que possível, observar práticas que mitiguem os impactos socioambientais decorrentes da execução contratual.

10.1.2. Tais exigências aplicam-se tanto às atividades preparatórias quanto à realização do evento, incluindo:

10.1.2.1. Práticas de Redução de Impacto Ambiental: A organização do evento deve adotar medidas efetivas para minimizar o consumo de recursos naturais e a produção de resíduos. Isso inclui o uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis, gestão eficiente de resíduos, e incentivo ao uso de transportes coletivos ou de baixo impacto ambiental pelos participantes.

10.1.2.2. Eficiência Energética e Hídrica: O local do evento deverá contar, sempre que viável, com infraestrutura que promova o uso racional de energia e água, incluindo tecnologias de economia ou fontes renováveis.

10.1.2.3. Responsabilidade Socioambiental: A organização do evento deverá demonstrar compromisso institucional com critérios de sustentabilidade, seja por meio de ações diretas ou pela contratação de fornecedores e prestadores de serviço que adotem práticas ambientalmente responsáveis, conforme declarado em documentos ou canais oficiais.

10.1.2.4. Compensação e Transporte Sustentável: Recomenda-se, sempre que possível, a adoção de práticas voluntárias de compensação das emissões geradas pela mobilidade dos participantes, bem como o estímulo ao uso de transporte coletivo, compartilhado ou de menor impacto ambiental.

10.1.3. A Declaração de Sustentabilidade da empresa segue anexada ao processo (0965396)

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1 Aquisição de capacitação intitulada “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**” para 03 (três) colaboradores do Conselho, promovida pela Supreme Treinamentos, a ser realizado no período de 04/05/2026 a 07/05/2026, sob carga horária total de 16 horas-aula, distribuídos ao longo de 04 dias, sendo 4h por dia, na modalidade síncrona (Online).

11.2 Está incluso na contratação (0965371):

- Certificado digital aos participantes;
- Fornecimento de conteúdo programático e resultados alcançados;
- O curso ficará gravado e disponibilizado aos participantes por 08 dias após o mesmo;

12. DO LOCAL, DATA E CRONOGRAMA

12.1. O evento será realizado conforme cronograma abaixo:

Data: 04 a 07 de maio de 2026

Horário: das 13h30 às 17h30

Carga Horária: 16 horas

Formato: Online e ao vivo

12.2. Serão abordados os seguintes tópicos, conforme anexo de programação (0965374):

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

a. Noções Básicas de Execução Financeira, Orçamentária e Contábil(Atualizado pelo MCASP)

- Orçamento.
- Classificação Institucional, Funcional, Programática e por Natureza da Despesa.
- Restos a pagar.
- Suprimento de Fundos(Adiantamentos).
- Consolidação das contas públicas

Estudo de Caso-Discussão de Assuntos Polêmicos

- Impropriedades encontradas na classificação orçamentária que acarretam erros na contabilidade patrimonial.

b. Patrimônio

- Preceitos constitucionais.
- Formação, preservação e classificação.
- Agregação de valor aos Ativos Imobilizado e Intangível.
- Classificação patrimonial de material oriundo de serviços.

Estudo de Caso

- Normas de Controle Interno de Almoxarifado, Bens Móveis e Imóveis(papel de trabalho de auditoria)

c. Material e Almoxarifado

- Consumo e Permanente.
- Parâmetros excludentes de material permanente.
- Recebimento Provisório e Definitivo.
- Renovação e Saneamento de estoques.
- Cálculos dos Estoques Mínimo e Máximo, Consumo Médio, Ponto de Ressuprimento e Quantidade a Ressuprir.
- Tipos e finalidades dos Inventários.
- Controle de bens .Sistema Básico de Material.
- Processos de Fornecimento.
- Estoques Patrimoniais.
- Guarda e Conservação.

Estudo de Caso

- Prática para cálculo de estoques de material de consumo do almoxarifado

d. Movimentação de material(Almoxarifado e Patrimônio)

- Incorporações e orçamentárias e extraorçamentárias.
- Desincorporação.
- Relatórios de Almoxarifado-RMA e de Bens Móveis-RMBI.
- Comodato.
- -Caso prático

e. Desfazimento de Bens Móveis

- Baixas Patrimoniais.
- Normas de desfazimento de bens móveis.
- Roteiros de Reavaliação.
- Transferência, Doação, Cessão e Tipos de Alienação.
- Abandono.
- SIADS , Sistema de Doações do Governo Federal(REUSE) e Almoxarifado Virtual Nacional(AVN)

Estudo de Caso-Discussão de Assuntos Polêmicos

- Impropriedades na agregação de ativos

f. Depreciação e Reavaliação

- NBCT 16.9 e 16.10
- Avaliação, reavaliação e depreciação.
- Conceitos, responsabilidades e procedimentos.

Estudo de Caso-Discussão de Assuntos Polêmicos

- Bens adquiridos antes da nova legislação, Bens com valores defasados
- Avaliação e Reavaliação

g. A Inteligência Artificial na Gestão Patrimonial

- Conceitos básicos.
- Perfil dos encarregados do Patrimônio e do Almoxarifado.
- Rotinas de consultas rápidas(chatbots).
- Classificação de material(consumo e permanente).
- Estoques.
- Visão computacional em inventários.
- Processos de fornecimento.
- Apoio à tomada de decisões para desfazimento.

13. DOS PARTICIPANTES E VALOR DA INSCRIÇÃO

13.1. Participarão do evento 3 (três) colaboradores da Coordenação de Serviços e Suporte, listados abaixo:

- Gisele Gomes de Vitto, Coordenadora - Serviços e Suporte
- Marcelo Lenk, Supervisor - Suprimentos e Logística
- Litsuko Yoshida, Analista Técnica I - Administrativa

13.2. Na impossibilidade da participação de algum(a) indicado(a), poderá ser substituído(a) por outro integrante de seu setor ou alguém cujo atribuição e/ou tarefa estejam ligados aos temas tratados na capacitação.

13.3. Considerando o desconto por inscrito de R\$ 40,00 (quarenta reais), concedido pela Supreme, o custo de inscrição será de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), com custo total de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)** para 3 participantes (0965371).

13.4. Não haverá custos com diárias e deslocamentos, considerando que o evento ocorrerá em formato Online e ao vivo.

14. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E PESQUISA DE MERCADO

14.1. O preço praticado pela Supreme é justificado pela compatibilidade com valores aplicados em contratações semelhantes por outros entes públicos, conforme comprovado pelas notas fiscais anexa aos autos. Tal prática está em conformidade com o § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021:

Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da

apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1(um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

14.2. Para que houvesse comprovação do valor praticado em mercado com outros órgãos, de cursos de mesma temática ou similares, foi solicitado o envio de Notas Fiscais e Empenhos recentes, os quais seguem discriminados abaixo (0965387):

Empresa/Órgão	Curso	Quant. Participantes	Valor Individual	Valor Total	Houve desconto?
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP	Desfazimento de bens móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A possibilidade de Aplicação de IA	3	R\$ 2.250,00	R\$ 6.750,00	Sim
Conselho Federal de Psicologia - CFP	Desfazimento de bens móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A possibilidade de Aplicação de IA	3	R\$ 2.250,00	R\$ 6.750,00	Sim
Instituto Benjamin Constant	Curso de Gestão Patrimonial Pública Moderna e os Reflexos das ferramentas (SIADS) e (Reuse.GOV)	1	R\$ 2.290,00	R\$ 2.290,00	Não
Instituto Benjamin Constant	Curso na área de Logística, Materiais, Estoque, Almoxarifado e Patrimônio	6	R\$ 2.290,00	R\$ 13.740,00	Não
Média		3,25	R\$ 2.270,00	R\$ 7.382,50	

14.3. O valor orçado para o CAU/SP encontra-se dentro do valor praticado em mercado, para contratações de curso de mesmo tema ou similares, considerando-se ainda o desconto aplicado ao conselho.

14.4. Além disso, é possível a consulta pública do evento e seu valor no sítio eletrônico: <https://www.supremetreinamentos.com.br/curso-online/visualizar/id/1112>

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme Id pca PNCP: 15131560000152-0-000001/2026, Id do item no PCA: 65 na categoria Serviços.

15.2. A conta a ser adotada para alocação dos recursos é: 6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional.

15.3. No aspecto orçamentário, não há restrições financeiras, tendo em vista a previsão no plano de ação orçamentária para capacitação de pessoal 2026.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. A área de Gestão de Pessoas do CAU/SP atestará a entrega do serviço contratado nas condições exigidas neste Termo de Referência;

16.2. A Contratada encaminhará Nota Fiscal, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes ao serviço

contratado efetivamente entregue, com o indicativo do evento contratado “Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público. A Possibilidade de Aplicação de IA”, à área de Gestão de Pessoas do CAU/SP.

16.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias a partir da data de entrega da Nota fiscal deve ser realizado em única parcela, através de boleto bancário, depósito ou transferência bancária, em nome de Supreme Capacitação e Treinamento LTDA, CNPJ: 34.370.234/0001-42, no Banco do Brasil 001- Ag. 1230-0 - C/C.: 58256-5 (0965371).

16.4. Na data da emissão do documento fiscal específico, a Contratada deverá encaminhar por meio eletrônico através do e-mail cogep@causp.gov.br e contasparapagamento@causp.gov.br para emissão da nota fiscal eletrônica;

16.5. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções;

16.6. A Contratada deverá também apresentar com as Notas Fiscais os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), através do Certificado de Regularidade de Situações (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, bem como de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do artigo 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

16.7. A Contratada é responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, incidentes sobre os serviços e obras contratados.

16.8. O CAU/SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto na Lei Federal no 9.430/96 e Instrução Normativa SRF no 480/2004.

16.9. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto deste Contrato, nos termos previsto na Lei Federal no 9.430/96, Instrução Normativa SRF no 480/2004 e seu anexo.

17. DO REAJUSTE

17.1. Devido às características da execução do objeto, não há previsão de reajuste.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

18.1.1. der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, que cause ou não, dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.3. não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, dispostas no art. 156 da Lei 14.133/2021:

18.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação;

18.2.3. multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória será calculada no mesmo percentual do subitem acima, que será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.5. Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

18.2.6.1. A declaração de inidoneidade de licitar ou contratar prevista neste subitem também será precedida de análise jurídica e de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

18.3. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente a reparação integral do dano causado à Administração Pública, o pagamento da multa, transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade, cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos;

18.4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.5 e 18.2.6, poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa serão remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.14. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais quando cabíveis e também não excluem em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

18.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada se utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial;

18.16. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021;

18.17. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CAU/SP, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Das Certidões da empresa

19.1.1. Juntamente com o presente Termo de Referência, seguem as seguintes certidões de habilitação da contratada (0965392):

Nº	Descrição do documento	Validade	Observações
1	Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral		Emissão: 16/04/2026
2	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Contribuição Previdenciária está inclusa nesta certidão)	28/07/2026	
3	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	30/04/2026	
4	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	08/05/2026	
5	Certidão Consolidada do TCU		Emissão: 16/04/2026
6	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	28/07/2026	
7	Regularidade com a Fazenda Distrital	07/07/2026	
8	Comprovante de Consulta de Simples Nacional		Emissão: 16/04/2026

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho nº], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
 - 4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

- 4.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
 - 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
 - 5.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, Supreme Capacitação e Treinamento LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.370.234/0001-42, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere à Inexigibilidade de Licitação, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

São Paulo, 16 de abril de 2026.

SUPREME CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA

São Paulo, 16 de abril de 2026.

Respeitosamente,

Raquel de Jesus Macedo
Supervisora de Desenvolvimento Humano e Organizacional

Gisele Gomes de Vitto
Coordenadora - Serviços e Suporte

Ciente e de acordo para prosseguimento:

Camila Moreno de Camargo
Presidente do CAU/SP



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL DE JESUS MACEDO**, Supervisor(a) de Desenvolvimento Humano e Organizacional, em 22/04/2026, às 14:44 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GISELE GOMES DE VITTO, Coordenador(a) de Serviços e Suporte**, em 22/04/2026, às 16:47 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO, Presidente CAU/SP**, em 27/04/2026, às 15:03 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **52EA7943** e informando o identificador **0965434**.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - SP

Estudo Técnico Preliminar 29/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00179.002056/2026-12

2. Descrição da necessidade

A presente solicitação tem por objetivo atender à necessidade identificada na área de Coordenação de Serviços e Suporte, relacionada ao aprimoramento das competências necessárias para a gestão patrimonial, especialmente no que tange aos processos de baixa, alienação, destinação e desfazimento de bens móveis do patrimônio institucional, tema que exige conformidade com normas recentes e atenção às exigências legais. A gestão correta desses bens é essencial para assegurar transparência, responsabilidade administrativa e eficiência no uso de recursos públicos.

A capacitação intitulada “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**” mostra-se extremamente relevante, pois tem como objetivo valorizar a área de almoxarifado e patrimônio e aproximá-la da execução financeira, de maneira que os conhecimentos não fiquem estanques. É indispensável o correto tratamento físico e contábil dos bens, além de uma rotina para o controle do patrimônio, seu desfazimento, sua escrituração, sua depreciação e reavaliação e o cálculo de estoques. Essa formação auxiliará à equipe da área para conduzir o processo de desfazimento de bens, observando as normas vigentes.

A contratação da Supreme Treinamentos é recomendada em razão de sua consolidada experiência no setor de capacitação de gestores públicos e patrimoniais, bem como pela especificidade e relevância do conteúdo programático para os desafios atuais da administração pública no que concerne ao ciclo de vida dos bens móveis. O curso inclui estudo da legislação atualizada, normas federais e procedimentos técnicos aplicáveis, ministrados por instrutor com histórico de atuação na área, o que assegura aderência às necessidades institucionais.

Como resultado, espera-se a melhoria na gestão do patrimônio público, com padronização e formalização dos procedimentos de baixa e desfazimento de bens móveis, redução de riscos de irregularidades contábeis ou patrimoniais, maior clareza e segurança nas decisões sobre alienação ou descarte de bens, e a efetiva conformidade com a legislação vigente. Tais benefícios contribuirão diretamente para a eficiência administrativa, transparência institucional e para a proteção dos interesses públicos do CAU/SP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços e Suporte	Gisele Gomes de Vitto
Supervisão de Desenvolvimento Humano e Organizacional	Raquel de Jesus Macedo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para contratação do serviço, o prestador deverá ter notório saber na área em que atua, além de uma reputação ilibada, com fundamento no art. 74, III, f e §3º da Lei de Licitações 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Desta forma, indicamos a contratação da Supreme Treinamentos, responsável pela organização do evento “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público. A Possibilidade de Aplicação de IA**”. O treinamento será ministrado na modalidade Online e ao vivo, de 04 a 07 de maio de 2026, totalizando uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas de capacitação.

No que tange à qualificação técnica, a contratação fundamenta-se na notória especialização do instrutor, pois o curso será conduzido por profissional com formação acadêmica e que demonstra notório saber em relação ao tema de desfazimento de bens patrimoniais, como é possível perceber no breve currículo.

A inviabilidade de competição decorre da natureza singular do treinamento, que propõe um conhecimento técnico especializado. Assim, a qualificação técnica é suprida pelo acervo técnico e notório saber do profissional, conforme autoriza o Art. 74, inciso III e § 3º da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

O evento “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**” tem natureza singular, pois propõe atender a necessidade identificada na área da Coordenação de Serviços e Suporte relacionada ao aprimoramento das competências necessárias para atualizações e adequações para identificar e compreender: Conceitos Básicos da Inteligência Artificial -IA e a aplicabilidade na Gestão Patrimonial; a estrutura da Administração Pública; as Classificações Orçamentárias (imprescindíveis para a gestão patrimonial e de almoxarifado); as características e classificações do Patrimônio e Material com enfoque orçamentário, dentre outros. Será ministrado pelo profissional com formação e sólida experiência na área e que possui currículo profissional que o certifica com a notória especialização e que caracteriza a inviabilidade de comparações, conforme breve currículo anexado aos autos:

Paulo Silvio

Graduado como Oficial do Exército-197, Mestrado-Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais-1981, Doutorado-Escola de Comando e Estado-Maior-Estratégia Nacional-1986. Na área pedagógica tem os cursos de Operacionalização de Objetivos Educacionais-CEP, de Análise Ocupacional-CEP e de Organização e Métodos-FGV. No Exército foi chefe de Seções de Orçamento, de Finanças e de Patrimônio de Departamentos e Diretorias; Foi instrutor(professor) da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Foi Chefe da 1ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças(Órgão Regional de Controle Interno com 98 UG). Na vida civil foi Diretor Adm-Fin do DETRAN/RJ; Assessor da Presidência do IPERJ; Pró-Reitor Administrativo da Universidade SUAM; Coordenador de projetos no Núcleo Superior de Estudos Governamentais/UERJ; Consultor da OM&RM Auditoria e Consultoria. Possui Moção de Louvor pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Atualmente ministra cursos em diversas empresas (ESAD, TREIDE, CVI, ONE CURSOS, FTX), nas áreas de Orçamento, Finanças, Almoxarifado, Patrimônio e Controle Interno, já tendo participado da capacitação de mais de 11000 alunos. É professor de MBA em Gestão Pública e Pós-graduação em Direito e Adm Pública nas Universidades Cândido Mendes e Castelo Branco, no Rio de Janeiro.

Somado a isso, o corpo docente dos cursos promovidos pela empresa é formado por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos, demonstrando a expertise no assunto.

PESQUISA DE MERCADO

Para que houvesse comprovação do valor praticado em mercado com outros órgãos e empresas da Administração Pública, de cursos de mesma temática e carga horária, foi solicitado o envio de Notas Fiscais recentes, as quais seguem discriminadas abaixo:

Empresa/Órgão	Quantidade de Participantes	Valor p/ inscrito	Valor Total	Houve desconto?
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP	3	R\$ 2.250,00	R\$ 6.750,00	Sim
Conselho Federal de Psicologia	3	R\$ 2.250,00	R\$ 6.750,00	Sim
Instituto Benjamin Constant	1	R\$ 2.290,00	R\$ 2.290,00	Não
Instituto Benjamin Constant	6	R\$ 2.290,00	R\$ 13.740,00	Não
Média	3,25	R\$ 2.270,00	R\$ 7.382,50	

O valor orçado para o CAU/SP encontra-se dentro do valor praticado em mercado, para contratações de curso de mesmo tema ou similares, considerando-se ainda o desconto aplicado ao conselho.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de capacitação intitulada “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público. A Possibilidade de Aplicação de IA**” para 3 (três) colaboradores do Conselho, promovido pela Supreme, para ocorrer em formato Online e ao vivo, nos dias 04, 05, 06 e 07 de maio de 2026, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas.

Em seu conteúdo programático estão previstos os tópicos:

PROGRAMAÇÃO:

a. Noções Básicas de Execução Financeira, Orçamentária e Contábil(Atualizado pelo MCASP)

- Orçamento.
- Classificação Institucional, Funcional, Programática e por Natureza da Despesa.
- Restos a pagar.
- Suprimento de Fundos(Adiantamentos).
- Consolidação das contas públicas

Estudo de Caso-Discussão de Assuntos Polêmicos

- Impropriedades encontradas na classificação orçamentária que acarretam erros na contabilidade patrimonial.

b. Patrimônio

- Preceitos constitucionais.
- Formação, preservação e classificação.
- Agregação de valor aos Ativos Imobilizado e Intangível.
- Classificação patrimonial de material oriundo de serviços.

Estudo de Caso

- Normas de Controle Interno de Almoxarifado, Bens Móveis e Imóveis(papel de trabalho de auditoria)

c. Material e Almoxarifado

- Consumo e Permanente.
- Parâmetros excludentes de material permanente.
- Recebimento Provisório e Definitivo.
- Renovação e Saneamento de estoques.
- Cálculos dos Estoques Mínimo e Máximo, Consumo Médio, Ponto de Ressuprimento e Quantidade a Ressuprir.
- Tipos e finalidades dos Inventários.
- Controle de bens .Sistema Básico de Material.
- Processos de Fornecimento.
- Estoques Patrimoniais.
- Guarda e Conservação.

Estudo de Caso

- Prática para cálculo de estoques de material de consumo do almoxarifado

d. Movimentação de material(Almoxarifado e Patrimônio)

- Incorporações e orçamentárias e extraorçamentárias.
- Desincorporação.
- Relatórios de Almoxarifado-RMA e de Bens Móveis-RMBI.
- Comodato.
- -Caso prático

e. Desfazimento de Bens Móveis

- Baixas Patrimoniais.
- Normas de desfazimento de bens móveis.
- Roteiros de Reavaliação.
- Transferência, Doação, Cessão e Tipos de Alienação.
- Abandono.
- SIADS , Sistema de Doações do Governo Federal(REUSE) e Almoxarifado Virtual Nacional(AVN)

Estudo de Caso-Discussão de Assuntos Polêmicos

- Improriedades na agregação de ativos

f. Depreciação e Reavaliação

- NBCT 16.9 e 16.10
- Avaliação, reavaliação e depreciação.
- Conceitos, responsabilidades e procedimentos.

Estudo de Caso-Discussão de Assuntos Polêmicos

- Bens adquiridos antes da nova legislação, Bens com valores defasados
- Avaliação e Reavaliação

g. A Inteligência Artificial na Gestão Patrimonial

- Conceitos básicos.
- Perfil dos encarregados do Patrimônio e do Almoxarifado.
- Rotinas de consultas rápidas(chatbots).
- Classificação de material(consumo e permanente).

- Estoques.
- Visão computacional em inventários.
- Processos de fornecimento.
- Apoio à tomada de decisões para desfazimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Será contratada a capacitação considerando 3 (três) inscrições para participação dos colaboradores da Coordenação de Serviços e Suporte:

- Gisele Gomes de Vitto, Coordenadora - Serviços e Suporte
- Marcelo Lenk, Supervisor - Suprimentos e Logística
- Litsuko Yoshida, Analista Técnica I - Administrativo

Na impossibilidade da participação do indicado, poderá ser substituído por outro integrante de seu setor ou alguém cuja atribuição e /ou tarefa estejam ligados aos temas do evento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.750,00

1. Participantes: Participação do evento 3 (três) colaboradores:

- Gisele Gomes de Vitto, Coordenadora - Serviços e Suporte
- Marcelo Lenk, Supervisor - Suprimentos e Logística
- Litsuko Yoshida, Analista Técnica I - Administrativo

2. Valor Inicial de Inscrição: O custo do curso seria de R\$ 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais) por inscrição.

3. Valor inicial após desconto: Com o desconto de R\$ 40,00 (quarenta reais) em cada inscrição, oferecido pelo fornecedor, o valor passou a ser de **R\$ 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)**.

4. Valor total: Considerando-se 3 (três) participantes, o valor total de inscrição será de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**.

5. Custos Adicionais: Não haverá custos com deslocamentos e diárias, considerando que o evento será Online e ao vivo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica o parcelamento da contratação para treinamento, tendo em vista que o evento é um objeto único.

A natureza do serviço, capacitação concentrada, com programação indivisível, carga horária integral e conteúdo temático unificado, caracteriza um sistema único e integrado, cuja fragmentação comprometeria a integridade do objeto e poderia prejudicar o alcance dos objetivos institucionais.

Conforme dispõe o inciso II do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não deve ser adotado quando o objeto configurar sistema único e integrado, hipótese que se aplica ao presente caso. Qualquer tentativa de divisão técnica ou econômica da contratação, além de inviável, poderia gerar desequilíbrio da solução, perda de economicidade e risco de descontinuidade na formação do grupo de participantes. Na forma, a não adoção do parcelamento possui adequado respaldo legal e técnico, revelando-se a medida mais adequada à plena consecução do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram realizadas contratações relacionadas à temática semelhante em anos anteriores, não tendo processos semelhantes em andamento no momento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao objetivo de fortalecer a governança institucional com foco em resultados e potencializar competências e engajar dirigentes e colaboradores em prol da inovação, presente no Planejamento Estratégico do CAU/SP 2024-2026.

(<https://transparencia.causp.gov.br/wpcontent/uploads/2026/01/Programacao-2026-Mapa-Estrategico-CAUSP.pdf>)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme Id pca PNCP: 15131560000152-0-000001/2026, Id do item no PCA: 65 na categoria Serviços, a conta a ser adotada para alocação dos recursos é: 6.2.2.1.1.01.04.04.002 – Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Mediante o aprendizado proporcionado no treinamento **“Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA”**, os participantes poderão ser atualizados com relação aos temas tratados no evento, como: normas de gestão de almoxarifado; Fórmulas de Estoque; normas de Desfazimento de Bens Móveis; tipos de inventários; rotinas de controle interno de controle patrimonial; depreciação e a reavaliação, dentre outros, contribuindo para multiplicarem junto à equipe os conhecimentos para a execução adequada das atividades do setor e para o planejamento de novas ações e projetos.

O grau de eficiência da contratação será aferido por meio da avaliação de reação preenchida pelos participantes ao final das 16 horas de carga horária, bem como pela aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

13. Providências a serem Adotadas

O CAU/SP deverá adotar as seguintes etapas processuais para garantir uma contratação eficiente e conforme às normativas vigentes:

- Elaboração do Termo de Referência
- Autorização da Presidência
- Contratação da Empresa Organizadora
- Emissão de Nota de Empenho
- Nomeação de Agente de Contratação
- Designação de Fiscais e Gestor de Contrato

Adicionalmente, deverá adotar as seguintes providências logísticas e administrativas:

- Formalização das Inscrições
- Orientação e Preparação dos Participantes
- Documentação e Material de Apoio
- Monitoramento e Suporte Pré Evento
- Avaliação de Reação
- Relatório Circunstanciado

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os preceitos normativos que consubstanciam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações pela Administração Pública (art. 144 da Lei 14.133 /2021) deverão ser observados pelas partes CONTRATANTES de forma que o serviço cause o menor impacto possível sobre recursos naturais; haja preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais; geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a necessidade identificada na área de Coordenação de Serviços e Suporte, relacionada ao aprimoramento das competências necessárias para a gestão patrimonial, especialmente no que tange aos processos de baixa, alienação, destinação e desfazimento de bens móveis do patrimônio institucional, que exige conformidade com normas recentes e atenção às exigências legais, foi solicitado o curso no tema. A gestão correta desses bens é essencial para assegurar transparência, responsabilidade administrativa e eficiência no uso de recursos públicos.

Dessa forma, a capacitação intitulada “**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público. A Possibilidade de Aplicação de IA**” mostra-se extremamente relevante, pois tem como objetivo valorizar a área de almoxarifado e patrimônio e aproximá-la da execução financeira, de maneira que os conhecimentos não fiquem estanques. É indispensável o correto tratamento físico e contábil dos bens, além de uma rotina para o controle do patrimônio, seu desfazimento, sua escrituração, sua depreciação e reavaliação e o cálculo de estoques. Essa formação auxiliará à equipe da área de Serviços e Suporte a conduzir o processo de desfazimento de bens, observando as normas vigentes.

O curso inclui estudo da legislação atualizada, normas federais e procedimentos técnicos aplicáveis, ministrados por instrutor com histórico de atuação na área, o que assegura aderência às necessidades institucionais.

Como resultado, espera-se a melhoria na gestão do patrimônio público, com padronização e formalização dos procedimentos de baixa e desfazimento de bens móveis, redução de riscos de irregularidades contábeis ou patrimoniais, maior clareza e segurança nas decisões sobre alienação ou descarte de bens, e a efetiva conformidade com a legislação vigente. Tais benefícios contribuirão diretamente para a eficiência administrativa, transparência institucional e para a proteção dos interesses públicos do CAU/SP, o que torna plenamente viável a contratação da capacitação em questão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GISELE GOMES DE VITTO

Coordenadora - Serviços e Suporte



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:49:11.

RAQUEL DE JESUS MACEDO

Supervisora - Desenvolvimento Humano e Organizacional



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 14:26:54.



Autorização N° 0978220/2026-CAUSP/GADM/COLC

São Paulo, 29 de abril de 2026.

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

Em cumprimento ao disposto no artigo 72, inciso VIII da Lei 14.133/2021, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n° 017/2026 referente ao Processo Administrativo n° **00179.002056/2026-12**, cujo objeto é Contratação da capacitação "**Desfazimento de Bens Móveis e a Gestão do Patrimônio Público: A Possibilidade de Aplicação de IA**". A contratação da **SUPREME CAPACITACAO E TREINAMENTO LTD A**, fundamentada no artigo 74, Inciso III, alínea f (treinamento), e §3° da Lei 14.133/2021, em favor da empresa abaixo identificada:

Razão Social: SUPREME CAPACITACAO E TREINAMENTO LTDA

CNPJ/MF: 34.370.234/0001-42

Valor total: SEI n° (0965371) R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)

Camila Moreno de Camargo

Presidente do CAU/SP



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO, Presidente CAU/SP**, em 29/04/2026, às 16:37 (horário de Brasília), conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **C5C35EE3** e informando o identificador **0978220**.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE SIGGEE BENEDETTO, Gerente Geral**, em 30/04/2026, às 17:50 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **54FEC97F** e informando o identificador **0974263**.

00179.001685/2026-17

0974263v2